

Mais vale tarde...

Nas últimas décadas a economia portuguesa registou um crescimento notável. Entre 1960 e 1992, Portugal foi a 11ª economia do mundo em termos de crescimento do PIB per capita. Em 20 anos, e num universo mais restrito de 25 países, a economia portuguesa apresentou a 4ª maior taxa de crescimento do PIB per capita e a 3ª maior taxa de crescimento do PIB por trabalhador (ver Quadro Um).

Há quem diga que o facto de Portugal ter crescido tão depressa não constitui um grande feito. Que, uma vez que partimos de um nível muito baixo, esse seria o resultado esperado. Mas esse raciocínio é uma falácia. Na verdade, não há uma tendência geral para as economias mais pobres crescerem mais depressa. No último século, a maior parte dos países pobres permaneceu pobre. Apenas uma dúzia de países conseguiu aproximar-se do clube dos ricos e entre esses países está Portugal.

A notável trajetória da economia portuguesa está intimamente ligada à opção pela abertura ao exterior. Não é por acaso que o surto de crescimento se iniciou nos anos 60. Foi nessa altura que Portugal abandonou o modelo de substituição de importações, aderindo à EFTA e ao GATT. Desde então, o processo de abertura teve várias etapas: o tratado EFTA-CEE em 1971, a CEE em 1986, o mecanismo de câmbios em 1992, o Mercado Único em 1993, a UEM em 1999. Para além dos benefícios decorrentes da maior exposição à competição externa, os compromissos internacionais assumidos forçaram os sucessivos governos a efectuar reformas essenciais. Desde a eliminação do Condicionamento Industrial à liberalização financeira dos anos 80, passando pelas privatizações e pelo desmantelamento de monopólios, a satisfação dos critérios de Maastricht e a transposição para a legislação portuguesa do *Acquis Communautaire*, as reformas sucederam-se a um ritmo alucinante. Essas reformas prepararam a economia portuguesa para o novo enquadramento institucional e alimentaram o processo de crescimento.

Ora, se no passado a participação nos movimentos de construção europeia permitiu gerar consensos e conferir legitimidade política a reformas difíceis, no futuro próximo não é natural que a tal “pressão virtuosa” venha a desempenhar um papel tão relevante. Consumada a adesão ao euro, e pela primeira vez em muitos anos, não há um

grande desígnio nacional a mobilizar a sociedade portuguesa. Isso não significa que os próximos desafios sejam menos importantes. Pelo contrário. A participação num espaço económico com plena mobilidade do capital exige uma postura reformista muito agressiva por parte das autoridades económicas. A diferença é que agora não basta esperar pela orientação externa. Da "pressão virtuosa", pouco mais resta que o Pacto de Estabilidade e de Crescimento e esse, embora importante, tem objectivos demasiado circunscritos para poder constituir pedra basilar de uma política económica que se preze.

Num contexto de menor incidência da "pressão virtuosa" torna-se então crucial reforçar a pedagogia política. Isto é, não basta ter boas ideias, é fundamental complementa-las com uma comunicação eficaz. Porque só com um grande envolvimento da sociedade é possível efectuar rupturas que necessariamente lesam interesses estabelecidos. Infelizmente, os três primeiros meses de governação cordelaranja não constituíram propriamente um exemplo em comunicação. Em lugar de apostar num discurso positivo e mobilizador, o Governo optou por dramatizar, explorando até ao tutano a incúria orçamental socialista e a posição cíclica da economia portuguesa. Talvez pensasse que o clima de catástrofe seria mais propício à aceitação de medidas difíceis. Mas, finalmente, o Primeiro Ministro descobriu que não é assim. Na verdade, não é espalhando o pânico que se convencem os agentes económicos a fazer sacrifícios. Quando os tripulantes estão convencidos que o barco vai ao fundo, cada um só pensa em salvar a sua pele. E o barco é levado pelas ondas. Para pôr a tripulação a remar, o capitão deve transmitir confiança e indicar um destino. Finalmente o Governo inflectiu e agora aponta um horizonte azul. Mas, entretanto, a população agrupou-se em torno dos salva-vidas. Por isso não vai ser tão fácil manobrar a embarcação.

Miguel Lebre de Freitas

Universidade de Aveiro,

18-7-2

Quadro Um

País	PIB per capita		PIB por trabalhador	
	Tx de crescim.	Num. ordem	Tx de crescim.	Num. ordem
Coreia do Sul	6.0	1	4.9	1
Irlanda	4.6	2	3.4	2
Luxemburgo	4.1	3	2.5	6
Portugal	2.7	4	2.8	3
Espanha	2.5	5	1.7	13
Grécia	1.0	24	0.7	24

Nota: Para cada variável o quadro mostra a taxa de crescimento média do país em 1980-2000 e o número de ordem dessa taxa de crescimento num universo de 25 países da OCDE.

Fonte: Comissão Europeia.